

# A Inserção Internacional do Brasil nas Últimas Décadas

## Brazilian International Insertion in the Last Decades

Mateus Fernandez Xavier\*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 134, nov.-dez. 2012 [p. 3 a 10]

### Introdução

O conjunto de atores internacionais integra o que estudiosos compreendem como sociedade internacional. Esses agentes interagem entre si de acordo com contingências existentes em cada momento histórico e essas restrições e condicionalidades que se apresentam de acordo com o contexto de cada período são os principais fatores que compõem as características do sistema internacional.

Não há dúvidas de que o fim da configuração bipolar é marco nos estudos de Relações Internacionais. A década de 1990 testemunhou o fim de sistema internacional em vigor desde 1945 e o surgimento de outro, com configuração diversa e cujas principais características ainda permanecem pouco claras.

Nesse contexto de incertezas e mudanças aceleradas, qualquer erro de leitura ou interpretação a respeito do sistema internacional pode ser prejudicial aos Estados. Junto às contingências impostas pelo contexto internacional existem tradições diplomáticas geradas ao longo da história que exercem grande influência na inserção internacional de cada país. Buscando ir além do debate ideológico existente, o presente artigo tenta demonstrar como semelhanças e diferenças entre as Políticas Externas dos presidentes que se sucederam desde 1990 podem ser melhor explicadas pelas configurações do sistema internacional emergente e pelas características basilares da atuação externa do Brasil.

Para melhor delinear a inserção brasileira das últimas décadas, é necessário entender quais são as “forças profundas” (RENOUVIN, 1994) que moldam a diplomacia nacional e compreender as principais características do contexto internacional do pós-Guerra Fria. Após a apresentação desses aspectos, breve levantamento sobre a inserção internacional brasileira nas últimas décadas será feito.

### A Inserção Internacional do Brasil das Últimas Décadas

Amado Luiz Cervo distingue os conceitos de diplomacia, política exterior e relações internacionais e mostra como os três são inter-relacionados (Cervo, 2008). Quanto à abrangência, o autor argumenta que as Relações Internacionais são o conceito mais amplo, dentro do qual está o conceito de política exterior que, por sua vez, abarca o conceito de diplomacia. O termo Relações Internacionais inclui três categorias de agentes que interagem entre si, denotando um conjunto de influências recíprocas composto por: a) a diplomacia; b) o governo com suas políticas; e c) a sociedade com suas forças.

O autor remete a Jean Baptiste Duroselle quando afirma que o processo decisório dos governos equivale a um cálculo estratégico de meios, fins e riscos, caracterizado pelas forças sociais que fornecem os meios de ação, os objetivos externos (correspondentes a interesses a serem realizados) e a conduta diplomática coerente com os dois

---

\* Diplomata de carreira, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e Mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco – IRBr (mateus\_xavier2@yahoo.com).

elementos citados. A diplomacia compreenderia a ação externa dos governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pela qual se pretende realizar tais aspectos. Assim sendo, a diplomacia só pode defender os interesses da sociedade doméstica no relacionamento com os demais atores da arena internacional caso haja penetração das forças sociais no processo decisório da formulação da política externa do país.

O resultado dessa dinâmica é uma política exterior caracterizada por interesses e valores que buscam moldar as regras do ordenamento global de modo mais favorável aos setores domésticos. Assim, a política exterior de um dado país leva em conta os interesses internos de sua sociedade, já que cabe a ela fornecer o conteúdo da diplomacia. Em outras palavras, a utilização dos conceitos de relações internacionais, política exterior e diplomacia, por Amado Cervo, tenta demonstrar como os padrões de interação entre os países são resultantes de pressões de grupos e setores domésticos de cada Estado, bem como de cada contexto mundial específico.

Desse processo ativo ao longo de nossa história, advém aquilo que Amado Cervo entende por “Acumulado Histórico da Diplomacia Brasileira”. Segundo o autor, o Brasil desenvolveu, ao longo da história de suas Relações Internacionais, algumas características pautadas por princípios que exercem duas funções básicas: a) dão previsibilidade à ação externa, tanto para observadores nacionais quanto para estrangeiros; b) moldam a conduta externa de diferentes governos, impondo-se à sua sucessão. Essas características resistem ao tempo e contribuem para fazer da política exterior, política de Estado, tendo destaque: I – Autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; II – Juridicismo; III – Multilateralismo normativo; IV – Ação externa cooperativa e não-confrontacionista; V – Parcerias estratégicas; VI – Realismo e pragmatismo; VII – Cordialidade oficial no trato com os vizinhos; VIII – Desenvolvimento como vetor; e IX – Independência de inserção internacional.

## Principais características do Sistema Internacional na atualidade

Os acontecimentos que precipitaram o fim da ordem bipolar, vigente no cenário internacional por mais de 40 anos, podem ser considerados surpreendentes em termos políticos e teóricos. A disputa ideológica e armamentista entre os EUA e a URSS não deu qualquer sinal de que chegaria ao fim de forma abrupta e relativamente pacífica como ocorreu. Assim sendo, o impacto desses desdobramentos no campo acadêmico das Relações Internacionais foi significativo.

A ordem bipolar dava suporte a um sistema internacional centrado no antagonismo entre EUA e URSS e fornecia diversos elementos empíricos que corroboravam aspectos do Realismo/Neorealismo. Preocupações com segurança e ganhos relativos pareciam ser condizentes com a maior parte das ações engendradas pelos Estados à época. A Agenda Internacional dava grande importância a temas afetos à segurança enquanto aspectos ligados a meio ambiente, direitos humanos e cooperação eram relegados a segundo plano, quando não simplesmente ignorados.

Se a atual ordem mundial ainda não possui uma definição precisa quanto a sua polaridade, não há dúvidas de que o mundo bipolar faz parte do passado. O novo sistema internacional estabelecido na década de 1990 provocou significativa reviravolta na configuração da agenda internacional. Os ditos “novos temas” ganharam importante destaque, conforme a “década das conferências” comprovou (ALVES, 2001). As questões afetas à segurança passaram a compartilhar com os demais temas internacionais a atenção dos Estados e da sociedade civil, bem como os escassos recursos políticos e econômicos disponíveis dentro dos regimes democráticos.

Apesar da rapidez com que a estrutura do sistema internacional vem mudando<sup>1</sup> e da incapacidade de se apontar tendências de longo prazo na política e na economia mundial, existem algumas propensões de curto e médio prazos que devem ser mencionadas. A primeira é o aparecimento de blocos econômicos e políticos. A União Européia foi

---

1 O surgimento de movimentos por maior liberdade individual nos países árabes e a ascensão pacífica em termos políticos e econômicos da China, são alguns exemplos que corroboram esse fato.

pioneira nesse sentido, considerando o advento das Comunidades Européias. Em seguida, outros blocos surgiram no leste da Ásia, na América do Norte e na América do Sul, conforme a ASEAN, o NAFTA, o Mercosul e a UNASUL servem como exemplo.

Outra tendência importante é o fortalecimento das instituições internacionais. Desde 1990, o sistema internacional tem sido pautado pela crescente regulação e normatização de diversos temas, os quais têm consolidado seus regimes específicos e levado suas negociações para o bojo de organismos internacionais. Assim, as discussões atinentes ao meio ambiente são tratadas no Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente – PNUMA; os tópicos relativos aos direitos humanos são tratados no Conselho de Direitos Humanos; o controle e a inspeção relativas à não-proliferação ficam a cargo da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA; as regras e normas do comércio internacional estão sob guarda da Organização Mundial de Comércio – OMC.

A reboque dessa crescente normatização das Relações Internacionais, cresce a importância do Direito Internacional na mediação de interesses divergentes. Sinal de tal fato é o surgimento de diversos tribunais permanentes nas últimas décadas, que se somaram ao trabalho histórico encetado pela Corte Internacional de Justiça. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Européia de Direitos Humanos, o Tribunal Penal Internacional e o Tribunal do Mar são exemplos do fortalecimento do Direito Internacional na atualidade.

A configuração mundial no século XXI ainda é questão aberta, mas a forte competição econômica, política e cultural à qual os países foram expostos a partir de 1990 certamente contribuiu para o surgimento de blocos de concertação política e econômica. A tendência a institucionalização das relações políticas e econômicas por meio do surgimento de fóruns, como a OMC, o G-20 financeiro e do fortalecimento de órgãos da ONU, por exemplo, é fator que busca trazer previsibilidade às ações dos atores internacionais e diminuir os “custos de transação” entre os mesmos, na medida em que possibilita maior estabilidade nas relações internacionais (LANDES, 1996.). A jurisdicionalização das ações dos agentes internacionais tenta impor sanções aos que violam as regras estabelecidas, garantindo maior eficácia às normas vigentes no sistema internacional.

A noção de legitimidade ganha mais força e as ações dos agentes internacionais têm tentado se fundamentar sobre essa perspectiva, sendo isso válido mesmo para atores com grande poder bélico<sup>2</sup>. A importância de decisões multilaterais se eleva pelo seu caráter democrático e legítimo, substituindo aos poucos as medidas unilaterais que antes predominavam no sistema internacional. Parafraseando Kofi Annan, mesmo que medidas multilaterais não sejam sinônimo de sucesso, cada vez mais iniciativas unilaterais estão fadadas ao fracasso e isso não só porque a legitimidade seja importante, mas também porque diversos temas da agenda internacional simplesmente não podem mais ser tratados de modo isolado por um país, por mais poderoso que seja.

A competição entre os países não deixou de ocorrer, no entanto o caráter dessas disputas é diferente do que se observou no período da Guerra Fria. A busca pelo poder ainda ocorre, mas a noção de poder alterou-se. Não há dúvidas de que um aparato bélico diversificado, numeroso e estrategicamente posicionado confere grande vantagem militar a qualquer país. No entanto, possuir essa vantagem bélica não significa vantagens em outros âmbitos e temas da agenda internacional.

Assim, desdobramentos em meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento econômico podem surtir poucos efeitos sobre questões atinentes à segurança. Poder militar não se traduz necessariamente em poder para influenciar o sentido das negociações dos demais tópicos da agenda. Enquanto os EUA têm grande poderio bélico, suas participações nas discussões de meio ambiente são, por vezes, refratárias e contraproducentes e isso faz que os norte-americanos sejam antagonistas dos europeus, nessa questão específica. Já o Brasil, apesar de não ter grande capacidade militar, é um dos principais protagonista do regime internacional de meio ambiente, sendo ator relevante e interlocutor necessário na maioria das decisões tomadas nesse âmbito. Percebe-se que competição entre os atores

2 Para debate mais profundo a respeito da Legitimidade no atual sistema internacional ver FONSECA Jr. 1998 e 1999.

internacionais continua a existir, mas de forma fragmentada, variada e conforme o tema em debate.

O embaixador Gelson Fonseca Jr consegue ilustrar de maneira sucinta essas características do atual sistema internacional ao afirmar que

*(...) a ordem internacional tenderia a ser competitiva, mas não necessariamente conflitiva. A competição seria 'domesticada' e centrada na economia. Os acordos multilaterais, especialmente na área de segurança (não-proliferação), seriam gradualmente reforçados. A legitimidade estaria fundada em bases amplas. O Direito Internacional prevaleceria. O recurso a ideologias que fundem ações unilaterais seria questionado. A política de blocos seria substituída por processos de alinhamento regulados por geometria que variaria em função do tema em pauta de discussão. (FONSECA Jr., 1999, p. 55)*

Ainda que a última afirmação seja uma previsão, há evidências nos dias atuais para tal. No futuro, a política de blocos pode vir a dar lugar a alinhamentos de geometria variável. Na atual Política Externa Brasileira essa noção pode ser encontrada tanto em discursos quanto em práticas, ainda que o objetivo do Brasil não seja substituir uma estratégia pela outra, mas sim utilizá-las como medidas complementares. É nesse sentido que o Brasil estabelece, nas palavras de Celso Amorim, “coalizões de geometria variada”, como o BRIC, o IBAS, o BASIC no meio ambiente, o G-20 financeiro e o G-4 para a reforma do Conselho de Segurança da ONU, ao mesmo tempo em que o Mercosul e a UNASUL se consolidam.

## Inserção internacional do Brasil a partir de 1990

Segundo o embaixador Gelson Fonseca Jr, o Brasil chegou a 1990 com algumas “hipotecas”<sup>3</sup> face à comunidade internacional. Durante os anos do Regime Militar, críticas às condições dos direitos humanos e do meio ambiente no Brasil, por exemplo, foram interpretadas como estratégia dos países ricos para “congelar o poder mundial”, nas palavras de Araujo Castro.

Os governos autoritários da época consideravam injusta a noção preservacionista advogada pelo Clube de Roma, dado o estrago histórico que os países do centro capitalista já haviam causado sobre seus recursos naturais e as críticas feitas às condições de direitos humanos no Brasil eram tratadas como ingerência em assuntos internos do país. Assim sendo, até 1990, vigorou o que o embaixador Gelson Fonseca denominou “autonomia pela distância” (FONSECA Jr., 1998).

A ascensão de “novos temas” na agenda internacional trouxe maior valorização aos debates internacionais sobre não-proliferação, meio ambiente e direitos humanos, tornando as “hipotecas” brasileiras mais pesadas. A lógica da “autonomia pela distância”, ao invés de garantir margens de ação suficientes para a busca dos interesses nacionais, estava tolhendo as possibilidades de atuação do país no contexto mundial.

Nas administrações de Collor e Fernando Henrique Cardoso – FHC – passou-se a buscar nova estratégia. O país passou a buscar sua margem de ação através da participação nos principais regimes e fóruns internacionais. Foi estabelecida tendência denominada “autonomia pela participação”, nas palavras do embaixador Gelson Fonseca. De vilão ambiental o país passou a ser protagonista desse regime, sediando a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD – em 1992, no Rio de Janeiro. A gestão de Direitos Humanos no país sofreu grande mudança qualitativa desde 1990, tendo sido recentemente elogiada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. A última “hipoteca” saldada pelo país foi a adesão ao Tratado de Não-Proliferação – TNP – em 1998, apesar das críticas recebidas à época.

<sup>3</sup> Segundo o autor, as três “hipotecas” eram a não adesão do Brasil ao TNP e a recusa do país em debater em âmbito internacional questões relativas a Direitos Humanos e Meio Ambiente.

No campo econômico, medidas liberais foram implementadas e o papel do Estado na economia foi drasticamente reduzido. Redução das tarifas de importação, privatizações de empresas públicas e fim de subsídios em diversos setores procuraram dar maior eficiência à economia nacional. Como o desenvolvimentismo parecia ter exaurido todas as possibilidades na década de 1980, novas alternativas foram buscadas para se alcançar o desenvolvimento nacional.

A adesão inicial à maioria dos regimes internacionais produziu poucos resultados ao país. Ao final de seu governo, FHC reconheceu esse fato e alterou algumas das posturas do país em relação aos Estados Unidos e à União Européia. Até autores críticos do governo de FHC reconhecem que esse presidente assentou bases para muitas das ações externas encetadas pelo presidente Lula.

*O Estado neoliberal, cujo modelo implantou-se no Brasil durante o governo de Collor de Melo, entre 1990 e 1992, e consolidou-se com o de Fernando Henrique Cardoso, durante seus dois mandatos (1994 – 2002), não significou uma adoção dos parâmetros da globalização pela via da interdependência, como ocorreu, por exemplo, com as relações internacionais da Espanha e Portugal no mesmo período. No Brasil, em razão de abertura econômica indiscriminada, e longe do equilíbrio interno-externo, aprofundaram-se dependências estruturais com relação ao exterior de modo a fazer prevalecer sobre o interesse nacional os interesses carregados pelas forças transnacionais da globalização (...).*

*(...) Cardoso preservou em certa medida a influência de alguns princípios e propósitos da fase anterior e lançou sementes de outro paradigma de conduta externa, que chamamos de logístico (...).* (CERVO, 2008, p. 51-53)

Alguns temas da agenda diplomática brasileira corroboram o continuísmo entre a política externa de FHC e a de Lula: a ênfase no fortalecimento do Mercosul e na integração sul-americana; boas relações com os Estados Unidos, Japão e com os países da Europa ocidental; crescente importância dada aos fóruns multilaterais, sejam esses institucionalizados ou não.

Com a ascensão de Lula à presidência, esperavam-se grandes mudanças de gestão em relação ao governo FHC. Apesar disso, nem todos os setores da burocracia apresentaram mudanças significativas. Na economia, a austeridade fiscal e monetária foi mantida. O papel do Estado na economia mudou, na medida em que privatizações pararam e intervenções desse agente no mercado voltaram a ter destaque.

No setor social, Lula lançou abertamente o desafio de acabar com a fome no país, dando continuidade e fortalecendo programas de assistência a necessitados e de transferência de renda cujas bases foram elaboradas na gestão Cardoso. Ademais, por meio de Emenda Constitucional, o Estado passou a ter a obrigação de prover alimentos a todas as pessoas, demonstrando a importância que Lula deu ao combate à fome.

A política externa não deixou de refletir as mudanças advindas de uma mudança de presidência e de fatores externos como o ataque terrorista de 11 de setembro e as negociações da rodada Doha. A chancelaria de Celso Amorim aproveitou-se das lições auferidas pelo governo anterior ao demonstrar que a simples participação nas negociações dos principais regimes internacionais não era suficiente para alcançar os principais interesses nacionais.

As críticas contra algumas características da estrutura do sistema internacional, feitas ao fim do governo de FHC, foram reforçadas por Lula. Aos poucos ficou evidente que a Europa prega a liberalização econômica por parte das nações menos desenvolvidas, mas é reticente em abrir seus mercados a produtos primários do sul. Os EUA criticam a situação dos Direitos Humanos na Ásia, na África e na América Latina, mas não assinam a Convenção Americana de Direitos Humanos nem desativam sua base em Guantánamo. A China defende maior liberalização de mercado, mas mantém sua moeda artificialmente desvalorizada para incentivar suas exportações.

As falhas existentes na aplicação de normas e princípios estipulados pelos diferentes regimes internacionais ficaram mais evidentes a partir da década de 2000, estimulando uma postura mais crítica do Brasil em relação

ao sistema internacional. As negociações em torno da ALCA e a formação do G-20 no âmbito da OMC também demonstraram como o país tornou-se mais assertivo na busca de seus interesses, contrapondo-se, quando necessário, a ações das nações mais ricas.

A luta para reformar os fóruns internacionais intensificou-se. O discurso externo brasileiro passou a enfatizar o fato de instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Conselho de Segurança da ONU serem reflexo da distribuição de poder do imediato pós-Segunda Guerra. A legitimidade das decisões desses órgãos está vinculada a capacidade de representação do contexto internacional atual, configurado por um número significativamente maior de Estados e por outros pólos de riqueza, como Brasil, Índia, África do Sul, China e o sudeste asiático.

Diante das dificuldades encontradas nos fóruns multilaterais, o Brasil procurou desenvolver novas parcerias e abrir novos mercados para seus produtos. Diferentemente das ações que ensejaram a “autonomia pela distância” e a “autonomia pela participação”, no governo Lula, surgiu o que Vigevani e Cepaluni denominaram “autonomia pela diversificação”. De modo sintético, os autores definem tal conceito

*(...) como adesão aos principais princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc.), pois acredita-se que eles reduzem assimetrias nas relações externas com países mais poderosos e aumentam a capacidade negociadora nacional. (VIGEVAANI e CEPALUNI, 2007, p. 283)*

Nos últimos anos, as coalizões Sul-Sul foram reforçadas e a política externa brasileira reforçou sua vocação ‘globalista’. A formulação de grupos, como IBAS, BRIC e G-20 OMC para concertação política e econômica, BASIC para debates sobre assuntos ambientais e G-4, composto por Brasil, Índia, Japão e Alemanha, para reivindicar a reforma do CSNU, são exemplos de como o sistema internacional possui divergência de interesses em áreas distintas e como o Brasil vem respondendo a isso por meio da formulação de coalizões de configuração variável.

Programas de cooperação com países mais pobres tiveram destaque nos últimos anos, assim como o esforço para abrir novos mercados ao empresariado nacional. Impulsionada nas últimas décadas, vários analistas apontaram para a diversificação de nossas parcerias comerciais como um dos fatos que explicam o porquê de o Brasil ter sido um dos últimos países a sentir os efeitos da Crise Financeira e Econômica de 2008. O mesmo não valeu ao México, dada a alta concentração de suas relações comerciais com os EUA.

O Brasil vem reagindo bem às contingências estabelecidas pela estrutura do novo sistema internacional nos últimos anos, sendo reconhecido como protagonista em vários âmbitos, seja por países ricos, seja por nações menos desenvolvidas. Apesar de algumas críticas feitas por setores domésticos a inserção internacional do Brasil tem recebido mais elogios do que censuras no âmbito mundial.

Amado Luiz Cervo entendeu a transição da política externa de FHC para a de Lula como detentora de três tendências

*(...) a) tirar a política exterior das ilusões da harmonia kantiana e de divisas e orientá-la para a conquista da reciprocidade real nas relações internacionais, ou seja, a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade entre países centrais e emergentes; b) enfrentamento das dependências estruturais – financeira, empresarial e tecnológica – com o fim de atenuá-las; c) a idéia de reforçar a América do Sul como pólo de poder e plataforma política e econômica de realização de interesses brasileiros. Por meio dessa estratégia, que contempla, enfim, a expansão dos empreendimentos brasileiros no exterior, cogita o governo do PT aproximar-se da interdependência real da era da globalização. (CERVO, 2008, p. 56).*

Nesse sentido, se se pode afirmar que a leitura do sistema internacional feita pelos burocratas de Lula foi mais acurada do que a realizada pelos de FHC, grande parcela esse fato decorre do aprendizado obtido com as experiências

do período compreendido entre 1990 e 2000. As mudanças intensas pelas quais o sistema internacional passava foram aspectos negativos às avaliações internacionais realizadas nesses anos. A partir da década de 2000, feitas as correções necessárias, a inserção internacional brasileira apresentou melhora significativa, tendo o país aumentado seu prestígio internacional de modo geral.

## Conclusões

Na década de 1990, a inserção brasileira foi claudicante, na medida em que as leituras do cenário internacional feitas pelos governos da época apresentaram algumas deficiências. A consequência natural desse fato foi a falta de consistência e continuidade às estratégias internacionais surgidas no período.

A partir de 2000, ainda sob governo FHC, a política externa brasileira passou a delinear-se por um conjunto de estratégia mais assertivo e mais adequado às novas características do sistema internacional emergente. A diplomacia brasileira esforçou-se por ampliar o número de parceiros econômicos e políticos do país sem negligenciar as relações tradicionais com a Europa e com os Estados Unidos. Iniciativas de cooperação no eixo Sul-Sul foram fortalecidas de modo complementar às do eixo Norte-Sul.

No entanto, a existência de continuidades nas estratégias de inserção internacional encetadas por FHC e Lula deixa evidente que explicações de cunho ideológico são insuficientes para se analisar de modo comparativo as atuações do Itamaraty nas últimas décadas. Ao restringirem as atuações de cada ator conforme o contexto internacional em voga, as condicionantes externas não podem ser relegadas na medida em que assumem papel importante à compreensão da estratégia encetada pelos presidentes do período. Além disso, pode-se perceber que nos últimos 20 anos não houve estratégia de ação que pusesse em risco o conjunto do “acumulado histórico” da diplomacia brasileira. Ainda que alguns autores afirmem que uma ou outra característica tenha sido alterada em uma das gestões presidenciais dos últimos anos, não houve alterações substanciais ao conjunto desses princípios históricos.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações internacionais e temas sociais. A década das conferências*. Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais IBRI, 2001.
- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.
- BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. 6ª Ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1972.
- FONSECA Jr., Gelson. Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI. *Política Externa*, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, vol. 7, nº 4, março/maio, pp. 36-57, 1999.
- FONSECA Jr., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1970
- HUNTINGTON, Samuel. *Global Perspectives on War and Peace or Transiting a Uni-Multipolar World*. American Enterprise Institutes for Public Policy Research, Bradley Lectures Series, 1998.
- KRASNER, Stephen. *Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables*. In: KRASNER, Stephen (Ed.). *International regimes*. 8 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- LANDES, David S. *A riqueza e pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

- MOURA, Gérson. *Sucessos e Ilusões; relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira (1889 – 2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales*. Paris: Hachette, 1994.
- WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. Lisboa: Gradiva, 2008.

## Resumo

O artigo visa analisar como o contexto internacional pós-Guerra Fria e as tradições diplomáticas estabelecidas ao longo da história do Brasil exerceram influência na inserção internacional do país desde a década de 1990.

## Abstract

The article analyses how the international context of post Cold War and diplomatic traditions established along Brazilian history exerted influence on the country's international insertion since the 1990.

**Palavras chave:** Inserção Internacional; Sistema Internacional; Brasil

**Key words:** International Insertion; International System; Brazil

Recebido em 16/10/2012

Aprovado em 16/10/2012